



Mensagem nº. 035/2021

Senhor Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as),

Temos a honra de submeter à elevada apreciação dessa Egrégia Casa de Leis o projeto de lei em anexo, que "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE CONTRATO, À EMPRESA LeP AGROFLORESTAL LTDA (Buriti Agro), DE ÁREAS LOCALIZADAS NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, COMPREENDIDAS PELA QUADRA 07, LOTE: nº 01, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O projeto em apreço se enquadra ao interesse público, vez que trata sobre concessão de área para implantação de empresa cujas atividades são voltadas ao manejo e manutenção florestal. Arelados aos investimentos iniciais, também deve-se considerar a capacidade de geração de empregos e aumento da receita municipal, dado ao contexto de recolhimento de tributos.

Convém notar, que em momento anterior a Comissão Mista de Indústria e Comércio avaliou a viabilidade da proposta, bem como a capacidade de investimento da empresa, emitindo parecer favorável à concessão, vez que demonstrada, quando da elaboração do estudo, a confiabilidade na execução do empreendimento, conforme trecho abaixo transcrito da ata:

"Em análise a empresa LeP Agroflorestal - BuritiAGRO, solicita concessão do Lote 01 da quadra 07 do Distrito Industrial de Juscimeira, para implantação de Multi-empresas. Seu projeto de implantação trata-se de empresa de atividade manejo e manutenção florestal, anexa projeto descritivo e justificativa de intenções. A comissão julga procedente o pedido, encaminhando projeto e solicitação para análise da Câmara de Vereadores Municipal."

Já por parte do Executivo Municipal, o interesse público segue destacado, consignando, de igual modo, a conveniência administrativa para tanto.

Sendo o que havia para o momento, e certo da colaboração desta egrégia Câmara Municipal, traduzida na aprovação do projeto em apreço, renovo aos membros dessa Casa protestos de elevado apreço e distinta consideração.



Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira-MT, 12 de julho de 2021.



Moisés dos Santos
PREFEITO MUNICIPAL



PROJETO DE LEI Nº 035, DE 12 DE JULHO DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA-MT
PROTOCOLO
n.º 1921/2021
AS 12:30 HS
DATA 21/07/2021
ASS.: Ariete Nunes Amaral

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, MEDIANTE CONTRATO, À EMPRESA LEP AGROFLORESTAL LTDA (Buriti Agro), DE ÁREAS LOCALIZADAS NO DISTRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA, COMPREENDIDAS PELA QUADRA 07, LOTE: nº 01, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no inciso III e IV do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Concessão de Direito Real de Uso, mediante contrato, de áreas localizadas no Distrito Industrial e Comercial do Município de Juscimeira, compreendidas pela quadra 07, lote: nº: 01, imóvel pertencente ao Município de Juscimeira, para a empresa LEP AGROFLORESTAL LTDA (Buriti Agro), inscrita no CNPJ sob nº 19.101.622/0001-34, com endereço na Rua Ademar de Barros, Vila Limeira, Juscimeira-MT, CEP 78.810-000, endereço eletrônico: pedrojr@buritiagro.com.br; representada pelo Sr. Pedro Fernandes de Oliveira Júnior, brasileiro, inscrito no CPF nº. 586.204.436-15, e portador do RG nº. MG-4.013.971, domiciliado a Rua das Pitombeiras, 2020W, Quadra 21, lote: 05, Jardim Europa, Nova Mutum, CEP: 78.450-000, endereço eletrônico: pedrojr@buritiagro.com.br, para implementação de empresa voltada às atividades de manejo e manutenção florestal.

Art. 2º. O beneficiário da concessão do Direito Real de Uso, terá o prazo de:

I – 120 (cento e vinte) dias para conclusão e entrega do projeto arquitetônico final;

II – 24 (vinte e quatro) meses para conclusão da obra e funcionamento da empresa.

Parágrafo único. Os prazos dispostos nos incisos anteriores correrão a partir da assinatura do contrato de concessão e poderão ser prorrogados por igual período,



desde que devidamente fundamentada as razões do pedido de prorrogação, as quais serão submetidas à análise e julgamento da Comissão Mista de Indústria e Comércio.

Art. 3º. O beneficiário deverá apresentar à Secretária de Turismo, Indústria e Comércio, bem como à Comissão Mista de Indústria e Comércio os documentos relacionados a regularização e funcionamento do empreendimento/indústria.

Art. 4º. O prazo da concessão será de 15 (quinze) anos, transcorrido esse período e persistindo o interesse público, após o cumprimento das obrigações estipuladas pela concedente, terá o concessionário o direito de receber em doação com encargo, em consonância com Lei 8.666/93, em seu artigo 17, §4º.

Art. 5º. A área objeto dessa concessão reverterá de pleno direito ao Município, independente de provocação judicial, mediante requerimento formulado junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Juscimeira, com a sua imediata desocupação, incorporando-se as benfeitorias ao patrimônio público, independente de qualquer indenização, se:

I - Não forem cumpridos os prazos estabelecidos;

II - Por conveniência Administrativa caso cessem as razões que justificaram a concessão;

III - Ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada aplicação diversa da prevista;

IV - Não apresentação da documentação quanto a regularidade fiscal, capacidade patrimonial da empresa, projetos quanto a viabilidade econômica e capacidade de geração de empregos, que poderão ser exigidas por ato do Executivo a qualquer momento.

Art. 6º. É vedado ao beneficiário a possibilidade de ceder ou transferir a terceiros, sob qualquer título, o imóvel objeto dessa concessão.

Art. 7º. Todos os encargos financeiros para a concretização da presente concessão correrão por conta do concessionário.


Art. 8º. Após a sanção da Lei a empresa beneficiada terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a assinatura do contrato de concessão de direito real de uso, sob pena de revogação.

Art. 9º. Fica autorizado o Poder Executivo regulamentar a presente lei via decreto.



Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Juscimeira-MT, 12 de julho de 2021.



Moisés dos Santos
PREFEITO MUNICIPAL